



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000156-50.2015.8.26.0555**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 1898/2015 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 989/2015 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 117/2015 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JEFERSON DOS SANTOS**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 06 de julho de 2015, às 15:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Luiz Carlos Santos Oliveira**, Promotor de Justiça, bem como do réu **JEFERSON DOS SANTOS**, devidamente escoltado, acompanhado do defensor, Dr. Joemar Rodrigo Freitas, Defensor Público. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Rosa Maria da Silva Souza e Adalberto Carvalho de Souza, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Ausente a vítima Fernando Marques Sitta, apesar de devidamente intimada. As partes desistiram da oitiva da vítima, o que foi devidamente homologado pelo MM. Juiz. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: a denúncia é procedente. Ao ser interrogado, o réu admitiu a prática da tentativa de furto. Esta confissão está em harmonia com o depoimento dos policiais militares, os quais disseram que foram comunicados de que a vítima surpreendeu o réu subtraindo o pneu, bem como que encontraram a res furtiva abandonada onde o réu havia deixado, e que este foi preso. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. É ele reincidente específico em crime de furto (fls. 84), de modo que, após o estabelecimento da pena-base, a mesma deverá ser aumentada em razão dessa circunstância, a qual impede a substituição por pena restritiva de direito, impõe a fixação de regime mais gravoso que o aberto. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Requer a improcedência da ação penal, uma vez que o valor da res furtiva é insignificante, e o bem jurídico protegido disponível. A vítima, intimada, recusou-se a comparecer em juízo. Compulsando os autos, verifica-se que o carro é do ano de 97, notando também, pela foto juntada, que não se trata de pneu novo. Considerando, que nos termos da legislação específica, um pneu tem validade de 5 anos. Considerando o desinteresse do proprietário deste em dirigir-se até este juízo para proteção do bem jurídico que sofreu perigo de lesão. E considerando que o bem tem valor irrisório. Todas essas circunstâncias inferem que não é razoável o Estado arcar com a manutenção da custódia do acusado, por volta de sete meses, quando a res furtiva é super avaliada em R\$100,00 e seu proprietário não demonstra qualquer interesse em sua tutela. Ora, o bem já foi restituído à vítima. O acusado já ficou preso há mais de um mês e meio. Portanto, não há necessidade de aplicar-se uma pena maior que a já sofrida pelo acusado até agora. Ademais, o código penal deve ser interpretado à luz do código civil de 2002, que lhe é posterior. Sendo assim, no C.C. a propriedade revela-se um bem disponível, não sendo portanto, o Código Penal, trata-lo de forma diferente. Até porque, o direito penal é a última ratio, sendo sua aplicação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

subsidiária a outros ramos do direito. Ante o exposto, em virtude de razões de política criminal e por razões de finanças públicas, requer que se reconheça a desnecessidade, no caso concreto, excepcionalíssimo, de se impor pena privativa de liberdade ao acusado em razão da tentativa de furto de um pneu provavelmente vencido. Requer-se portanto a absolvição em razão do princípio da insignificância. No mais, subsidiariamente, requer fixação da pena-base no mínimo, compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão e fixação de regime diverso do fechado, em virtude do princípio da proporcionalidade, sem prejuízo da aplicação do art. 387, § 2º do CPP. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. JEFERSON DOS SANTOS**, RG 42.968.793, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, caput, c.c. o art. 14, II, ambos do Código Penal, porque no dia 22 de maio de 2015, por volta das 23:27h, na rua Primo Lazarini, esquina com a rua Francisco Crestana, nesta cidade, tentou subtrair para si um pneu estepe e a sua respectiva roda, avaliados em R\$ 100,00, pertencentes à vítima Fernando Marques Sitta. Segundo foi apurado, na ocasião, o denunciado se aproximou do veículo Corsa, placas CIU-6157, pertencente à vítima, que estava estacionado no local, e do interior do porta-malas, cuja tampa estava aberta, subtraiu o pneu e a respectiva roda; da varanda de sua casa a vítima viu Jeferson empurrando o pneu, motivo pelo qual gritou com o denunciado; este saiu correndo e abandonou o pneu, sendo perseguido pela vítima. Policiais militares foram acionados e o denunciado foi preso em flagrante nas imediações, não consumando o furto por circunstâncias alheias à sua vontade. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls. 38 do apenso). Recebida a denúncia (fls. 46), o réu foi citado (fls. 68/69) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 71/72). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu absolvição sustentando o princípio da insignificância. **É o relatório. DECIDO.** A vítima surpreendeu o réu quando o mesmo estava na posse do pneu sobressalente que acabara de retirar do veículo da mesma que estava estacionado na via pública. Com a interferência da vítima o réu abandonou o objeto e fugiu, sendo encontrado em seguida, preso e autuado em flagrante. O réu é confesso. Admitiu a prática do furto e o fato de ter abandonado a coisa furtada em decorrência da intervenção da vítima. A prova colhida no inquérito e a que foi reproduzida em juízo confirma cabalmente os fatos postos na denúncia estando, por conseguinte, caracterizado o delito imputado ao réu na sua forma tentada. A despeito do esforço da combativa defesa do réu, o fato não pode ser relevado e tratado como insignificante a ponto de transformar a conduta do réu em fato atípico. A ausência da vítima nesta audiência não significa desinteresse pelo bem que lhe foi tomado. Ao contrário, caso nenhum interesse tivesse, não teria interpelado o réu para conseguir reaver o seu bem patrimonial. O baixo valor do objeto não significa que o mesmo não representa valor algum. O fato de a vítima possuir um carro antigo é demonstração de que era tudo o que ela conseguia ter com o seu ganho na sua labuta. Já o réu, ladrão contumaz, tem feito da prática de delitos contra o patrimônio o seu meio de vida. Fosse trabalhador como a vítima, certamente respeitaria o bem alheio, mesmo que de pouco valor para ele, mas certamente não o seria para quem conseguiu angariar com o suor do seu trabalho. O fato é típico e a condenação é medida que se impõe, e de forma mais agravada, para que o réu possa sentir e mudar de comportamento, porque até o presente momento de nada lhe serviram as diversas condenações que recebeu. Absolvê-lo seria incentivá-lo a continuar delinquindo. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores dos artigos 59 e 60, do Código Penal, em especial que o réu é possuidor de péssimos antecedentes, por ostentar diversas condenações, além de ter conduta social comprometida, por não ter ocupação e fazer uso de droga, sem esquecer a ausência de prejuízo, é recomendável que a pena-base seja fixada além do mínimo, ou seja, em um ano e seis



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

meses de reclusão e doze dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação na segunda fase porque se existe a agravante da reincidência em seu favor, existe a atenuante da confissão espontânea. Por último, tratando-se de crime tentado e observando o “iter criminis” percorrido, bem próximo da consumação, imponho a redução de apenas um terço, tornando definitiva a pena resultante por inexistir outras circunstâncias modificadoras. A reincidência específica impossibilita a aplicação de pena substitutiva de que trata o art. 44 do Código Penal. **CONDENO**, pois, **JEFERSON DOS SANTOS**, à pena de **um (1) ano de reclusão e oito (8) dias-multa**, no valor mínimo, por ter transgredido o **artigo 155, “caput”, c.c. o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal**. Sendo reincidente específico (fls. 64, 66, 83 e 84), iniciará o cumprimento das penas no **regime fechado**, necessário para nortear o réu a uma mudança de comportamento. Como o réu é multi-reincidente e está preso, não poderá recorrer em liberdade. Deixo de responsabilizá-lo pela taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS**. Eu, _____, (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):